

NOVAS DESCOBERTAS SOBRE OS PRIMEIROS REGISTROS DA EUGENIA NO BRASIL

NEW DISCOVERIES ABOUT THE EARLIEST RECORDS OF EUGENICS IN BRAZIL

*MANUEL ALVES DE SOUSA
JUNIOR¹*

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o início do movimento eugenista no Brasil, apresentando novos documentos ainda não descritos na literatura brasileira sobre o tema, sendo quatro artigos em jornais e um em revista. Foram analisadas fontes históricas do primeiro quartel do século XX, com o intuito de identificar os primeiros registros que mencionam a eugenia no país. Foram encontradas cinco fontes históricas sobre eugenia que não haviam sido citadas por pesquisadores contemporâneos, uma delas antecipa para 1909 o início do movimento eugenista no Brasil. Os pesquisadores em eugenia divergem quanto o ano de início das atividades eugenistas no Brasil, variando desde “anos 1910” até 1914. Compreender que a eugenia começou no Brasil antes do que se supunha ajuda a repensar o impacto histórico e social dessas práticas sobre populações negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Eugenia. Início da eugenia no Brasil. História da eugenia.

ABSTRACT

The aim of this paper was to analyze the beginning of the eugenics movement in Brazil by presenting new documents that have not yet been described in the Brazilian literature on the subject, four articles in newspapers and one in a magazine. Historical sources from the first quarter of the 20th century were analyzed to identify the earliest documents that mention eugenics in the country. Five historical sources on eugenics were found that had not been cited by contemporary researchers, one of them brings forward the start of the eugenics movement in Brazil to the year 1909. Eugenics researchers disagree on the year eugenics activities began in Brazil, ranging from the “1910s” to 1914. Understanding that eugenics began in Brazil earlier than previously assumed helps to reconsider the historical and social impact of these practices on Black, Indigenous, poor populations, and people with disabilities.

Keywords: Eugenics. Beginning of eugenics in Brazil. History of eugenics.

¹ Doutor em Educação pela UNISC. Historiador. Professor do IFBA campus Lauro de Freitas. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação. E-mail do autor: manueljunior@ifba.edu.br

INTRODUÇÃO

A Eugenia foi uma teoria científica que surgiu em Londres no final do século XIX. Fundada por Francis Galton (1822–1911), tinha como objetivo a “purificação” da raça humana, tomando o arianismo como modelo ideal. Aos poucos, a eugenia se espalhou pela Europa e esteve presente em diversos continentes. O regime nazista², na Alemanha, representou o ápice da aplicação da eugenia: os campos de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), testemunharam inúmeras práticas eugenistas em nome do suposto aperfeiçoamento racial.

Ideais estimulados pelo racismo científico, superioridade racial e degeneracionismo oriundos das novas ciências e teorias, chegaram ao Brasil por intermédio de filhos da elite nacional que voltavam de estudos na Europa e por expedições científicas ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Desse modo, medidas e políticas foram sendo implementadas por meio da subjetivação da população, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como a Eugenia, a Higiene, o Sanitarismo e o branqueamento da população. Os representantes da elite nacional foram influenciados pelas novidades que chegavam do exterior e, a partir disso, refletiram, problematizaram e publicaram suas análises exaustivamente, influenciando outros intelectuais e o meio político.

O objetivo desta pesquisa³ foi analisar o início do movimento eugenista no Brasil apresentando novos documentos ainda não descritos na literatura brasileira sobre o tema. Foram analisadas fontes históricas, sobretudo jornais, revistas, anais, livros e outros documentos do primeiro quartel do século XX de modo a buscar os primeiros documentos que citam a eugenia no país. Para isto, este texto está dividido em três seções. A primeira apresenta várias definições de eugenia, tanto de eugenistas do início do século XX quanto de pesquisadores e pesquisadoras contemporâneas. A segunda seção apresenta como a eugenia

² O regime nazista foi um período totalitário fascista da Alemanha sob o comando de Adolf Hitler, que transformou o país em um estado que controlava todos os aspectos da vida de sua população e esteve imerso e com protagonismo na Segunda Guerra Mundial.

³ O presente artigo é um recorte da tese de doutorado do autor intitulada “Branco com branco, preto com preto”: contribuições da educação eugênica para a produção da branquitude no Brasil (1090-1945)”, defendida em fevereiro/2025.

se desenvolveu entre os intelectuais brasileiros, demonstrando a estreita relação da eugenia com outras áreas como a higiene, o sanitarismo e a educação. A terceira e última seção problematiza a respeito da chegada e do desenvolvimento da eugenia no país, demonstrando novos documentos históricos sobre o início da eugenia no Brasil, além de uma evolução cronológica dos principais fatos da ciência eugênica brasileira.

DEFINIÇÃO DE EUGENIA

O dicionário Houaiss define a Eugenia como: “teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada em leis genéticas” ou ainda: “aperfeiçoamento da espécie via seleção genética e controle da reprodução” (Houaiss; Villar, 2009, p. 849). Já o dicionário Aurélio traz a Eugenia como a “ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana” (Ferreira, 2010, p. 890). Ambos os dicionários sintetizam em apenas poucas linhas uma definição generalista da Eugenia, mas não conseguem expressar o alcance que o movimento eugenista teve no país e no mundo.

O médico João Henrique (1896-1974), em artigo intitulado *Do conceito eugenico do habitat brasileiro*, publicado na revista *Brazil-Médico* em 1918, definiu a Eugenia como a nova ciência que “consiste no conhecer as causas explicativas da decadencia ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da especie humana, não só no que respeita o physico senão ainda ao intelectual” (Henrique, 1918, p. 127). Já o médico Octávio Domingues (1897-1972) registra, em seu livro *A hereditariedade em face da educação*, que a Eugenia é uma “sciencia applicada que tem por fim o melhoramento genetico do homem, no sentido physico, intellectual ou moral, baseada nos principios da Genetica” (Domingues, 1929, p. 161).

Em entrevista ao jornal carioca *Correio da Manhã*, Renato Kehl⁴, considerado pelos estudiosos da área como o maior entusiasta da Eugenia no Brasil (Bonfim, 2017; Diwan, 2007; Silva, 2014; Souza, 2019; Stepan, 2005), trouxe uma definição do termo ao pontuar que “a eugenia, como sciencia pura,

⁴ O médico, farmacêutico e descendente de alemães Renato Kehl foi o principal expoente da eugenia no Brasil.

estuda os factores que regem a evolução humana; como sciencia applicada ella procura utilizar-se desses factores para o melhoramento das famílias e de povos” (Kehl, 1932a, p. 03). Ao longo de sua vida, Kehl cunhou diversos conceitos de Eugenia em suas obras. No livro *Eugenia e medicina social: problemas da vida*, ele afirmou que “a definição de Eugenia é curta, os seus fins é que são imensos: - é a sciencia do aperfeiçoamento moral e physico da especie humana” (Kehl, 1920a, p. 09).

Renato Kehl atuou com destaque na propaganda e difusão da Eugenia no Brasil, teve contato com eugenistas de diversos países da América Latina, Europa e Estados Unidos e concedeu entrevistas sempre trazendo definições e os pontos positivos da Eugenia para o cenário nacional. Em entrevista ao jornal carioca *O Jornal*, Kehl (1920b) trouxe uma definição mais detalhada da Eugenia, reforçando, inclusive, o papel da Educação na ciência eugênica:

ella estuda e procura applicar as questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da especie. Nella se comprehende o estudo e a applicação das questões relativas á influencia do meio, do estado economico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações successivas e sobre as aptidões physicas, intellectuaes e moraes. A Eugenia basea-se em todas as sciencias bio-sociaes, e tem por um dos escopos principaes divulgar entre o publico conhecimentos hygienicos e eugenicicos, para bem do indivíduo, da collectividade e das gerações futuras. [...] Precisamos, pois, sanear o Brasil e ao mesmo tempo eugenisal-o, **educando** o povo nos são principios da hygiene physica e moral (Kehl, 1920b, p. 03, grifo nosso).

Na cartilha *Educação eugênica* publicada por Renato Kehl, em 1932, o eugenista apresentou, dentre outras informações, o que ele chamou de “A definição oficial da palavra ‘Eugenia’” em que resgata os textos de Galton e define a Eugenia como “o controle social das influencias das quais dependem as condições do povo, as quais se dividem em duas classes: 1 - as que afetam o povo em si; 2 - as que afetam a saude do mesmo” (Kehl, 1932b, p. 14). Kehl continua sua análise na publicação e aponta que Galton reuniu-se com cientistas da Universidade de Londres com base na descrição anterior e eles chegaram à definição: “O termo eugenia deve ser definido como o estudo dos factores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente” (Kehl, 1932b, p. 14). O mentor da Eugenia brasileira finaliza seu texto afirmando que “Em termos mais simples,

- aplica as leis da hereditariedade para o aperfeiçoamento integral da humanidade” (Kehl, 1932b, p. 15).

Souza (2012, p. 01-02) define a Eugenia como “um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se freqüentemente como um projeto biológico de regeneração racial”. Enquanto ciência que se firmava no meio científico, a Eugenia utilizou o debate científico no campo da Biologia. Para isso, flertou com diversas teorias, políticas e projetos em voga à época, como a Antropologia criminal, a Higiene-sanitarismo e o branqueamento da população.

O movimento eugenista também inferiu, no campo social, por meio de medidas eugênicas para o melhoramento humano, atuando “sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores” (Bonfim, 2017, p. 89). Mai e Angerami (2006, p. 253) indicam que “a eugenia alcançou o status de movimento mundial em torno da boa procriação e o Brasil vivenciou a ênfase nesse discurso eugenista nas décadas de 20, 30 e 40”.

Foi nesse contexto que a Eugenia ganhou força e espaço ao dialogar, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, com temas emergentes como evolução, seleção natural, progresso, degeneração, mestiçagem e a necessidade da formação de uma identidade nacional e melhoramento racial em muitas nações, como o Brasil. A nova ciência defendia que a reprodução desenfreada dos então considerados inferiores era tida como uma ameaça biológica para o futuro das nações. Assim, o pensamento de que algumas doenças infecciosas, distúrbios mentais, alcoolismo, criminalidade, “bem como os comportamentos sociais patológicos de uma forma geral, derivavam fundamentalmente de fatores hereditários era uma convicção que atraía cada vez mais adeptos no início do século passado” (Bonfim, 2017, p. 83). Para Miranda (2020, p. 35, tradução nossa) “a ciência do cultivo da raça seria aceita em diversos meios, alguns dos quais a consideravam como um insumo básico para o progresso [da nação] e a nivelção dos grupos sociais mais desfavorecidos”.

No Brasil, a eugenia esteve associada a outros movimentos, como a higiene e o sanitarismo. A educação também desempenhou um papel importante

no movimento eugenista brasileiro. Nesse sentido, pode-se questionar: como a eugenia se desenvolveu no Brasil e qual sua relação com a higiene, o sanitarismo e com a educação? Essa discussão está presente na próxima seção.

O DESENVOLVIMENTO DA EUGENIA NO BRASIL

O Brasil vivia um contexto em que o poder dos homens de ciência crescia e se afirmava desde o início do século XX quando estudos sobre Bacteriologia e Medicina Tropical passaram a ter uma conotação civilizadora, salvacionista e regeneradora para a nação. O pensamento higiênico-sanitarista transformou-se em uma ideologia para construção da nacionalidade. O pensamento neolamarckista⁵ de parte da intelectualidade promovia a união entre as ideias sanitaristas e eugenistas. Assim, estava constituído um terreno fértil para a propagação dos ideais eugênicos e o seu estabelecimento no cenário político e intelectual com um protagonismo no discurso regenerador da nação “disposta a promover a higiene e o saneamento como panaceia universal, a *intelligentsia* brasileira se viu encantada pela eugenia” (Souza, 2019, p. 58). Miranda (2013) contribui com a discussão ao afirmar que a Eugenia constituiu um mecanismo de reação biopolítica das elites que legitimaram o discurso autorizado com foco na reprodução humana na América Latina.

Neste sentido, a Eugenia brasileira produziu uma intensa atividade política de grupos sociais e intelectuais, muitas vezes, ligados à experiência urbana que buscavam atender às demandas de uma reduzida elite nacional⁶. Foram diversas polêmicas e divergências, com numerosos intelectuais debruçando-se nos ideais eugênicos sob vertentes possíveis atreladas às demandas por Educação e Saúde públicas. Apesar de dialogar com vários

⁵ O neolamarckismo foi um movimento científico presente no final do século XIX e início do século XX que adaptou e expandiu as ideias de Lamarck, propondo que as características adquiridas pelos organismos durante a vida, não só pelo uso e desuso de órgãos, mas também pelas condições físico-químicas do ambiente, poderiam ser transmitidas aos descendentes.

⁶ Skidmore (2012) descreve a elite nacional como um número reduzido de pessoas letradas que controlava os instrumentos da cultura e sociedade. “Seriam no máximo algumas dezenas de milhares de pessoas no fim do Império e algumas centenas de milhares em 1940” (Skidmore, 2012, p. 19). As ideias e formação dessa elite eram europeias, tendo influência da cultura francesa ao longo do século XIX com o advento do iluminismo. Os ideais do liberalismo inglês e estadunidense também ajudavam a moldar a organização política e social brasileiras. Era formada por estadistas, cientistas e intelectuais de diversas áreas do conhecimento (Andrade, 2017).

setores da elite intelectual, como os médicos ligados à Psiquiatria e à Medicina legal, foi com os sanitaristas e higienistas que a Eugenia preferencialmente associou-se.

Stepan (2005, p. 105) aponta que Renato Kehl chamou de eugenismo todas “as atividades que ajudavam a eugenia, incluindo-se aí a educação, o saneamento, os esportes e a higiene”. A associação entre Eugenia e Higiene-sanitarismo “foi tão intensa que os primeiros trabalhos sobre eugenia se confundiram com o próprio ideário ambientalista, sobretudo aquele elaborado por médicos, sanitaristas e higienistas” (Souza, 2019, p. 79). Silva (2014, p. 912) contribui afirmando que “frente às precárias condições sanitárias do país, os eugenistas brasileiros atentavam, sobretudo, para o higienismo, para a eugenia preventiva, que na percepção de Belisário Penna era a verdadeira Medicina Social”. Uma das premissas da Educação sanitária promovida pelo *Instituto de Higiene* era fornecer estratégias para que, a partir da Educação formal, as crianças servissem como agentes multiplicadores para sanear e higienizar os seus lares, o que seria feito por meio dos ensinamentos higiênico-sanitários que os professores ensinavam nas aulas (Rocha, 2003).

A “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência”. São preocupações bem diferentes. Outrora acreditava-se que, melhorado o “indivíduo”, estava, por isso, melhorada a “espécie”. Foram os tempos heróicos da Higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são à higiene, para o proteger. Esta prevenia a doença, aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha, não consegue impedir que surjam certos tipos enfermos. Porque há “doenças da raça”, há doenças ou deficiências do germen. E a higiene não vai lá (Roquette-Pinto, 1978, p. 44).

Sobre a Eugenia preventiva com viés neolamarckista e sua relação com o Sanitarismo, os eugenistas entendiam que os venenos raciais como doenças venéreas, tuberculose, alcoolismo e outras drogas e infecções, como a nicotina, poderiam degenerar a prole de pais portadores desses “males”. Renato Kehl (1920c, p. 01) sobre o tema indicou que

sanear corresponde praticar a eugenia denominada preventiva, cujos fins são as defesas da raça contra todos os fatores de degeneração, sejam eles mórbidos (tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses, etc.), sejam eles os venenos sociais.

É por isso que a eugenia preventiva corresponde à medicina social.

Um dos movimentos de maior destaque que dialogou com a raça no início do século XX no Brasil foi o Sanitarismo. Ele refutou o pensamento social e político que atribuía à raça, por intermédio dos mestiços, o insucesso econômico e cultural. Para os sanitaristas, o fracasso e a degeneração aconteciam porque a população estava fraca e improdutiva em decorrência de doenças. Posteriormente, muitos eugenistas concordaram com essa ala sanitarista e entendiam que era possível regenerar o Brasil com Saúde, Educação, Higiene e Sanitarismo. Neste sentido, Roquette-Pinto (1941, p. 106) afirmou que “a respeito do povoamento do Brasil, penso que os brasileiros precisam ser educados e não substituídos”. Já os eugenistas mais radicais argumentavam que, apesar de doentes, eles “não abandonavam o estado de imperfeição sob o ponto de vista das leis da hereditariedade. Assim, seria necessário para a regeneração do país um conjunto de ações para tornar os brasileiros doentes e feios em fortes e belos” (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Assim sendo, o movimento sanitarista foi de grande importância para a Saúde e Política Nacional, já que “teve um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como o elemento distintivo da condição de ser brasileiro” (Lima; Hochman, 1996, p. 23). As publicações de intelectuais como Belisário Penna, Arthur Neiva (1880-1943), Monteiro Lobato e Euclides da Cunha ofereceram aos políticos o conhecimento sobre o sertanejo e, com ele, a esperança nacional da salvação do povo brasileiro.

A culpa era das doenças e do abandono do povo, como o personagem Jeca Tatu⁷ de Monteiro Lobato de 1914, que ganhou uma nova versão em 1918 com a publicação do livro *Problema Vital*, em que o autor alertava que Jeca “estava assim” por causa das doenças e pobreza e não que “era assim”, apontando uma reorientação do personagem da Eugenia para o Sanitarismo, ou seja, o Jeca “agora ele é percebido como produto do abandono e das precárias condições sanitárias (‘Ele está assim!’)” (Silva, 2023, p. 29). Era possível

⁷ O personagem Jeca Tatu ganhou novo impulso nacional quando foi utilizado pela campanha presidencial de Ruy Barbosa em 1919 como um protótipo dos motivos do atraso do Brasil. Esse fato foi utilizado pelas revistas ilustradas que representaram diversas caricaturas (Cardoso, 2022).

regenerar o povo. “O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (Lima; Hochman, 1996, p. 23).

A Educação por meio do Sanitarismo e Eugenia ganhou espaço no meio social e político com propostas salvacionistas do revigoramento da população. No governo Vargas, nos anos 30, a miscigenação passou a ser considerada como um “cimento constitutivo” da nacionalidade brasileira. Os não-brancos, a partir de então, eram aceitos como partes da sociedade, mesmo que seu desaparecimento estivesse confirmado em mais algumas décadas, o que se daria pelo branqueamento ocasionado pela miscigenação. Enquanto isso, eles precisavam ser higienizados e sanitarizados.

Silva (2020) chama esse processo de uma in/exclusão e afirma que ocorreu uma inclusão pela cultura e uma exclusão socioeconômica. O autor assinala que os negros passaram a ter direitos políticos, porém permaneceram sem direitos sociais e que “toda narrativa daí depreendida será estruturada na negação do racismo no Brasil, haja vista a mestiçagem, constituindo um dispositivo de segurança capaz de impedir os conflitos a partir da anulação das polaridades de cor” (Silva, 2020, p. 288). Desse modo, a mestiçagem anulou a polaridade branco-negro e o pardo surgiu como um eixo norteador dessa construção.

As preocupações eugênicas também estavam no combate aos ‘ambientes disgênicos’, além de doenças como sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e lepra, muito comuns em todo o país. O médico Miguel Pereira (1871-1918) chegava a descrever o Brasil como ‘um imenso hospital’. O medo do contágio dessas infecções assolava as elites que temiam as “doenças da pobreza”, sendo então necessário que as medidas eugênicas fizessem parte da sociedade. Para Schwarcz (2024, p. 253), “a degeneração racial deixava de ser, pois, só uma questão biológica para virar uma metáfora social”.

Igualmente, o combate aos ‘vícios sociais’, “considerados altamente prejudiciais à hereditariedade, como o uso dos chamados ‘tóxicos euforísticos’ (álcool, tabaco, morfina e cocaína)” (Souza, 2019, p. 87), era da alçada da Eugenia. O alcoolismo era um dos maiores problemas,

considerado pelos eugenistas como o grande 'inimigo da raça', o alcoolismo era visto por Afrânio Peixoto [1876-1947] como uma das principais causas da degeneração racial e do futuro da nacionalidade, sendo responsável. inclusive, pelo grande número de doentes, loucos e criminosos que existiam no meio social. Para Belisário Penna, ninguém escaparia dos males causados pelo alcoolismo, já que ele não produziria apenas 'degenerados inferiores', mas, igualmente 'degenerados superiores', nas altas camadas sociais (Souza, 2019, p. 89).

O médico Orlando Sampaio, em sua tese doutoral *Hygiene mental e alcoolismo*, tratou sobre a importância do combate ao etilismo para uma sociedade sã e livre de pragas sociais que seriam originadas a partir do consumo de álcool. A Eugenia e a Higiene social estão presentes em sua tese:

De paes alcoolatras geram-se filhos com notavel inferioridade organica e que um nonada tornará alienados. Nos productos que se seguem ainda mais se torna acentuado o cunho de inferioridade e, se não cuidarmos de oppôr uma barreira a esta derrocada da raça ella se terminará fatalmente, na idiotia, na imbecibilidade, na debilidade mental, etc. (Sampaio, 1928, p. 07).

O movimento eugenista no Brasil foi marcado por debates de distintas perspectivas com relação à sua fundamentação teórica, propostas de intervenção social e cultural, além do apelo nacionalista que precisava firmar na jovem República. Apesar de existirem grupos defensores da Eugenia negativa, relacionada com medidas mais invasivas como a esterilização, a Eugenia positiva, voltada para a educação, prevaleceu no país.

Kehl era mais adepto da Eugenia positiva, acreditava no neolamarckismo que utilizava, sobretudo, a Educação, o Sanitarismo e a Higiene como instrumentos eugenizadores. No final da década de 1920 houve uma reorientação do pensamento de Kehl, fato evidente em diversas passagens de sua extensa bibliografia, como afirmou, em 1920, que "a transmissão de vícios e degenerescencias, é tão positiva como o é a dos traços physionomicos, dos caracteres de semelhança" (Kehl, 1920a, p. 33). Em oposição, o mesmo médico manifestou-se, em 1932, que "o individuo torna-se o que é, por influencia do meio em que vive. Taes caracteres adquiridos não são transmissiveis" (Kehl, 1932c, p. 08).

Do ponto de vista teórico, Kehl (1929b) passou a aceitar o mendelismo, em detrimento ao neolamarckismo, que acreditava até então, mas admitia a

hereditariedade induzida, ou seja, entendia que algumas condições ambientais, por exemplo, intoxicações por álcool, ações patogênicas decorrentes da sífilis, tuberculose e outras doenças, perturbavam as células reprodutoras e davam origem a “taras hereditárias”. Porém, se um indivíduo nessa condição fosse tratado, poderia gerar filhos saudáveis. Kehl (1929b) ainda condenava os casamentos inter-raciais e julgava os mestiços como “inferiores”, além de acreditar na tese de João Batista de Lacerda de que os negros e os mestiços desapareceriam em três gerações⁸.

Os eugenistas brasileiros utilizaram diversas teorias como embasamento científico, como, por exemplo, Lamarckismo, Mendelismo, Darwinismo dentre outras, sem, contudo, produzir um consenso, o que tornou ímpar a experiência brasileira no desenvolvimento da Eugenia. Desse modo, o movimento eugênico no Brasil não foi único e consolidado, não teve uma prevalência na escolha do referencial teórico, na definição de propostas ou métodos mais adequados para atingir-se o melhoramento humano no país. Seus adeptos envidaram esforços de diversas formas, em frentes variadas, garantindo uma visibilidade para a ciência no cenário social e intelectual da época. Sobre isso, Nancy Stepan (2005) cita uma “apropriação seletiva” de ideias e teorias relacionadas à Eugenia na Europa e nos Estados Unidos absorvidas por grupos e instituições integrantes do movimento eugenista no Brasil, que buscavam ressignificar tais referenciais científicos para a realidade brasileira a partir de tradições e práticas sociais específicas.

Os relatos sobre o homem do Brasil chegaram à elite brasileira apenas depois da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha em 1902, posteriormente, com o personagem Jeca Tatu do eugenista e escritor Monteiro Lobato, além de escritos de outros autores, como *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás* de 1916 de autoria dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, assim como Olavo Bilac (1865-1918), poeta e jornalista carioca que apontou o descaso dos governos com a maioria dos brasileiros, em sua maioria analfabetos (Souza, 2019; Silva, 2015). Nesse

⁸ Na legenda que acompanhou a imagem da pintura *A redenção de Cam* de Modesto Brocos (1852-1936), pintada em 1895, no artigo *Sur les métis au Brésil* em francês apresentado no Congresso Universal das Raças em 1911, veio a inscrição “Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l'effet du croisement des races” que em tradução livre seria: “o negro passado ao branco em três gerações pelo efeito do cruzamento de raças”.

sentido, a elite nacional até aquele momento não conhecia a grande massa que compunha o povo brasileiro. Assim surgia o sertanejo. Nas palavras de Silva (2015, p. 20), “estas obras, cada qual à sua maneira, trouxeram o sertão para a agenda nacional [...] e efetivam a ‘descoberta’ do chamado ‘Brasil real’”. Olavo Bilac (1915) reflete sobre o sertanejo:

Nos rudes sertões os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as fêras, como os insectos, como as arvores. A maior extensão do território esta povoada de analphabetos; a instrução primaria, entregue ao poder dos governos locais, é muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanario, um dos instrumentos da marroteira politica (Bilac, 1915, p. 05).

A Eugenia ganhou espaço no Brasil, atraindo olhares de uma elite intelectual marcada pela necessidade de progresso aliada à ciência e à urgente configuração de uma identidade nacional a partir da formação de projetos de reforma da sociedade brasileira e de construção do Estado brasileiro. A ciência de Galton trazia consigo a promessa do melhoramento humano, tão desejado para o progresso da nação.

Para João Batista de Lacerda, Renato Kehl e outros tantos eugenistas que figuraram no Brasil nas primeiras décadas do século XX, a morte ou a ausência de reprodução dos não-brancos atuava como uma lógica do que Foucault (2010) nomeou como racismo de Estado, em que a morte (ou o desaparecimento) de uns era em prol de uma melhor vida de outros, ou seja, era preciso eliminar da sociedade os degenerados para o bem viver da raça pura. Para o filósofo, a morte da raça ruim, da raça impura, dos degenerados, era em nome da vida da raça pura, para uma melhor vida do corpo social (Foucault, 2010).

Dessa forma, diversos artifícios foram utilizados para alcançar tais objetivos, como políticas públicas e até mesmo massacres e extermínios. Souza (2019) contribui com o debate ao trazer que ‘elevar o vigor da raça’ vigorava como discurso pelos eugenistas para “integrar o Brasil e conduzi-lo rumo ao progresso e à civilização” (Souza, 2019, p. 71). Discorrendo sobre a biopolítica foucaultiana, Silva (2014) cita que a Eugenia pode ser considerada como o acontecimento biopolítico mais significativo do século XIX.

A eugenia brasileira teve uma estreita relação com a educação. A

educação eugênica esteve presente tanto na educação formal quanto na educação não academicista. Os anos 1920 vivenciaram reformas educacionais em vários estados como em São Paulo (1920), Ceará (1922-1923), Bahia (1928), Minas Gerais (1927-1928), Pernambuco (1928), Paraná (1927-1928), Rio Grande do Norte (1925-1928) e Distrito Federal (1922-1926). Essas reformas ajudaram a impulsionar a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1931, a saber: “o próprio nome do Ministério sugere essa estreita relação entre higienismo, leia-se também eugenismo, e educação” (Silva, 2014, p. 913). Essas reformas já apresentavam uma preparação para os anos 1930, em que a Eugenia foi presença marcante na Educação, inclusive, constando na Constituição de 1934:

Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...]
b) estimular a educação eugênica; [...]
f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbididade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; (Brasil, 1934, art. 138).

A Constituição Brasileira de 1934 enfatizou explicitamente o desejo de uma nação eugenizada por intermédio da Educação. Rocha (2014) ressalta que o texto constitucional foi fruto de uma articulação de um projeto criado pela Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), liderada por Renato Kehl.

A Constituição Brasileira de 1937 outorgada por Getúlio Vargas (1882-1954), ditador do Estado Novo, em 10 de novembro, por sua vez, trouxe implicitamente, em alguns trechos, que o ideal eugênico continuava forte. O destaque foi a implementação da Educação física, que passava a ter caráter obrigatório nas escolas e era considerada um elemento da Educação eugênica para formação do cidadão pretendido pelo Estado.

A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (Brasil, 1937, art. 131).

Rocha (2014, p. 09) cita que as reformas educacionais dos anos 1930 no Brasil tiveram, no ideal de formação eugênica, “uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, [...] para a formação de uma

raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça”. Os preceitos eugênicos sustentaram “boa parte das ações do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) nas décadas de 1930 e 1940” (Santos, 2022, p. 226).

A Era Vargas⁹ (1930-1945) foi marcada por uma grande expansão da Educação no Brasil, e o ministro do MES entre 1934 e 1945, Gustavo Capanema (1900-1985) implementou diversas medidas, entre elas a que ficou conhecida como Reforma Capanema, uma reforma no ensino secundário. Conforme Silva (2023, p. 43), os reformadores da educação nos anos 1930 “tinham na consciência e moralidade eugênicas o suporte para assegurar o devir de uma nação, e o controle da sexualidade via Educação eugênica atendia aos propósitos da construção de uma raça nacional”. Para além dessas mudanças, o que se observou no cotidiano escolar “foi a implementação de ações fundadas nos pressupostos eugenistas. A escola se tornou uma instituição-chave na luta contra a degenerescência racial, sendo um instrumento muito bem utilizado por quem estava no poder” (Santos, 2022, p. 227).

Muito embora as propostas eugênicas apresentadas e defendidas ferrenhamente pelos intelectuais brasileiros tivessem origem na ciência de Galton, elas não seguiram fielmente as doutrinas pensadas e aplicadas na Europa e Estados Unidos e “frequentemente não guardavam qualquer proximidade com a eugenia” (Koifman, 2012, p. 68). “Os eugenistas norte-americanos, por exemplo, pregavam a esterilização de seres humanos e não interpretavam a prática de educação física, o saneamento e a higiene como projeto propriamente eugenista [como praticado no Brasil]” (Koifman, 2012, p. 74).

Stepan (2005, p. 76) aponta que “aos olhos ingleses, a eugenia brasileira pode ter parecido um exemplo de pensamento científico equivocado ou desleixado” ao passo em que traz a discussão de que a Eugenia brasileira foi uma importante variante do movimento eugênico mundial que possuía destaque em toda a América Latina. Predominantemente não mendeliano, o modelo de Eugenia brasileiro produziu valores e saberes particulares, alguns dos quais serão discutidos neste artigo sob as lentes do racismo de Estado foucaultiano.

⁹ A Era Vargas foi um período de 15 anos (1930-1945) em que o ditador Getúlio Vargas governou o Brasil. Essa era foi encerrada com a deposição do presidente em 1945.

O eugenista britânico K. E. Trounson, em 1931, após estudar textos produzidos por brasileiros, destacou que

aparentemente, os brasileiros interpretam a palavra [Eugenia] de forma menos restritiva que nós, e levando-a a cobrir boa parte do que chamaríamos de higiene e sexuologia elementar, além de não traçarem distinções claras entre condições congênitas devidas a danos e doenças pré-natais que são estritamente genéticas. [...] A genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas; a visão é mais sociológica que biológica (Trounson, 1931, p. 236 *apud* Stepan, 2005, p. 76).

Neste sentido, Koifman (2012) aponta que a Eugenia no Brasil teve uma conotação elástica¹⁰, fugindo da tradicional Eugenia europeia e estadunidense, “porque foi preciso estabelecer outro modelo que **não** considerasse a formação do povo brasileiro como necessariamente degenerado” (Koifman, 2012, p. 74, grifo nosso). Assim, o uso da palavra “Eugenia”, ainda que complexa para a realidade nacional miscigenada, soava como moderna, científica, acadêmica, internacional, civilizada e futurista, tudo que a elite brasileira almejava para a nação.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a descoberta das atrocidades realizadas por Adolf Hitler em nome da pureza racial, intelectuais ligados à Eugenia no Brasil caíram no ostracismo. Alguns também reorientaram suas biografias a fim de negar a ligação com a Eugenia. Pelo mundo não foi diferente,

os centros de estudo eugenistas norte-americanos trataram de reconsiderar alguns de seus conceitos ou pelo menos modificar seus discursos e ser mais cuidadosos com eles. Na conjuntura do pós-guerra e nas décadas seguintes, em razão de uma certa acomodação, mais simples e confortável da versão ideológica da história, o ideal eugenista passou a ser majoritariamente associado unicamente à sua versão nazista. Dessa forma, ‘instituições eugenistas americanas prontamente trocaram seus nomes de eugenia para genética (Koifman, 2012, p. 83).

Souza (2019) assevera que Renato Kehl buscou formar uma rede de poder para divulgação da Eugenia no país. Para Foucault (2010), o exercício do

¹⁰ A elasticidade da Eugenia no Brasil pode ser facilmente constatada com a grande abrangência dos assuntos tratados, por exemplo, no primeiro e único Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), dentre eles: matrimônio, Educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, importância dos arquivos genealógicos, imigração asiática e africana, campanhas antivenéreas, tóxicos, tratamento dos doentes mentais, proteção à infância e à maternidade, Antropologia, hereditariedade, diferenças anatomo-fisiológicas nas raças humanas, Educação física, consanguinidade, maternidade etc.

poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo da possibilidade em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos. Pode incitar, induzir, desviar, facilitar ou tornar mais difícil, além de ampliar ou limitar, ou ainda tornar mais ou menos provável. Neste sentido, o poder consiste na condução de condutas. O filósofo descreve a conduta como sendo o ato de conduzir os outros, com mecanismos de coerção e a maneira de comportar-se em um campo mais ou menos aberto de possibilidades.

A próxima seção apresenta um panorama dos primeiros movimentos e publicações sobre eugenia no Brasil, incorporando a contribuição inédita de novos documentos históricos que indicam que seu início ocorreu antes do apontado por pesquisadores e pesquisadoras da área.

O INÍCIO DA EUGENIA NO BRASIL

Na conferência intitulada *A eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico* do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), Kehl (1929a) fez um relato cronológico da chegada dos ideais eugênicos no Brasil. Ele menciona que os primeiros esforços foram alçados por intermédio do professor Souza Lima (1842-1921), que, em 1897, pediu para a Academia Nacional de Medicina o apoio para a defesa de uma lei que tornava obrigatório o exame pré-nupcial que impedia que “*tuberculosos e syphiliticos*” fossem candidatos a casamentos. Embora os exames pré-nupciais tenham sido incorporados como pauta da Eugenia no Brasil, naquele momento, a ciência eugênica ainda não havia chegado na América Latina.

Nos primeiros anos do século XX, a ciência de Galton ainda não estava difundida em solo brasileiro e tampouco tinha status de ciência. Alguns pesquisadores em Eugenia e/ou questões raciais no Brasil, como Souza (2019) e Bonfim (2017) concordam com Renato Kehl (1929a) que os primeiros trabalhos nacionais sobre Eugenia ocorreram no início dos anos 1910 com pequenos artigos de autoria de Erasmo Braga (1877-1932), João Ribeiro (1860-1934) e Horácio de Carvalho (1857-1933). Eles ainda referem que o último também publicou, no jornal *Estado de São Paulo*, em 1912, em que era colunista, um artigo com considerações gerais sobre o movimento eugênico na Inglaterra. Góes (2018, p. 121) cita que “nos anos de 1910 e 1920, as ideias de Galton

passaram a influenciar médicos brasileiros”.

Diwan (2007) atribui a Lacerda (1911) a autoria do texto mais antigo no Brasil com tema central sobre Eugenia, apesar dessa ciência não ser citada no texto. Silva (2014) concorda que o artigo de Lacerda (1911) tem grande relevância, sendo que, para ele, “o início do movimento [eugenista] no Brasil remonta ao final do século XIX, em que pese não ter sido ainda plenamente explicitado, e via na questão das misturas raciais o maior problema para a construção civilizatória do país” (Silva, 2014, p. 910). Sem mencionar os autores e textos supracitados, Schwarcz (2023, p. 146) afirma, no verbete *Eugenia* no *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*, que “os movimentos eugênicos começaram a tomar força a partir da década de 1910”. Stepan (2005) é bem generalista sobre o início da Eugenia no Brasil. Ela aponta a tese de Tepedino (1914) como início do movimento eugenista no país.

Em que pese esses pesquisadores contemporâneos não tenham relatado movimentos anteriores a 1912 que façam menção direta à Eugenia em publicações no Brasil, esta pesquisa possibilitou encontrar **cinco publicações** não explicitadas anteriormente pelos pesquisadores renomados da eugenia brasileira supracitados.

A **primeira** em 1909, pouco tempo depois da fundação da *Eugenics Education Society* em Londres¹¹ em que Azevedo Amaral publicou um texto sobre a nova ciência, que se expandia pela Europa. Ele estava morando na Inglaterra e escrevia semanalmente a coluna *Cartas de Londres* (que depois passou a se chamar *De Londres*) para o jornal *Correio da Manhã*.

No texto enviado para o Brasil em novembro e publicado na coluna de 19 de dezembro de 1909, Amaral apontou que a ciência eugênica estava em curso como uma proposta radical para regenerar a raça e que a *Eugenics Society* era o núcleo de concentração da atividade eugênica nacional. O avanço das degenerações era um problema para “as grandes massas trabalhadoras da raça branca que succumbam lentamente, em uma decadência progressiva” (Amaral, 1909, p. 02). Ele não menciona a palavra “Eugenia”, mas aponta que “os eugenicistas, adeptos dessa nova ciência de aperfeiçoamento da raça humana. [...] O plano da cruzada salvadora está traçado e aprovado pelos

¹¹ A sociedade foi fundada em dezembro de 1907. Em 1908, Galton tornou-se presidente honorário e a nova instituição começou, de fato, com suas atividades.

representantes da sciencia, em nome dos principios da biologia” (Amaral, 1909, p. 02). No final do texto, ao focar os degenerados, Amaral (1909, p. 02) afirmou que “não deixa de haver um certo perigo de que aos campeões da regeneração nacional seja dada a honra de inaugurar a camara lethal”. É impossível não remeter este último trecho ao nazismo que, décadas depois, utilizou o artifício descrito nos campos de concentração para o aperfeiçoamento e purificação da raça ariana.

A **segunda** publicação é a citação do movimento eugenista na Inglaterra e na França, como uma ciência que despontava para o aperfeiçoamento da raça humana. O artigo, sem autoria definida, foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* e trouxe as novidades da Europa. O texto começa apontando que, em Londres,

os eugenistas envidam todos os seus esforços para operar a selecção de typos perfectos, facilitando assim os casamentos entre os individuos dos dois sexos mais bem constituídos physica e intellectualmente. Em Pariz existe uma associação para melhoramento da espécie humana e ao mesmo tempo para dissuadir as uniões entre os que não podem trazer para a humanidade senão contingentes de filhos fisicamente defeituosos (Notas..., 1911, p. 05).

Outros jornais também noticiaram sobre o Congresso Internacional de Eugenia em Londres, ainda em 1912, o que demonstra a força que a Eugenia ganhava paulatinamente no Ocidente. A **terceira** publicação não citada pelos pesquisadores, ocorreu no jornal *Pacotilha* no Maranhão que publicou em 31 de agosto de 1912 uma reportagem informando que o referido congresso londrino tratou da pesquisa dos “meios científicos para se obter a bôa procreação... Trata-se de melhorar a espécie humana, pela selecção científica e, por muito nova que pareça a idéa é orijinal, convenin dizer que o congresso londrino foi prezidido por um filho do grande Darwin” (Sabatina, 1912, p. 01).

A **quarta** publicação foi um artigo sem autoria definida intitulado *Ecos do congresso dos eugenistas*, no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de setembro de 1912, que trazia as reverberações do Congresso Internacional de Eugenia em Londres. O texto trouxe as falas de vários professores que abordaram sobre o aperfeiçoamento da raça e a necessidade da beleza física para a prosperidade da raça, como o Professor Roberto Micheli da Universidade de Turim que afirmou que o “homem político para chegar a gozar da supremacia de poder, tem

necessidade, especialmente se é socialista, de ser dotado pela natureza de beleza física, pois, ao contrário, seria melhor fazer-se cobrador ou agente de companhia de seguros” (Ecos..., 1912, p. 04).

Já a **quinta** publicação ignorada pelos pesquisadores contemporâneos foi em setembro de 1912, quando a revista *Brazil-Médico* publicou uma reportagem sobre o Congresso Internacional de Eugenia em Londres, demonstrando que a nova ciência já apresentava alguma relevância na Europa e como já reverberava na América Latina, além de explicar o que é a eugenia e o seu papel no aperfeiçoamento da raça:

Deve-se ter reunido em Londres, de 24 a 30 de julho, um *Congresso de Eugenia*, entendendo-se por *eugenia* (do grego *eu*, bôa, e *genos*, geração) a sciencia que estuda os meios de aperfeiçoar a raça humana, pelo melhoramento do vigor e da saúde da prole. [...] Mas a *eugenia* de hoje cuida do assumpto por processos scientificos, estudando as causas de decadência da raça humana e os remédios adequados, de acordo com os nossos conhecimentos actuaes (Brazil-Médico, 1912, p. 358).

Vale ressaltar que o texto já traz a palavra “eugenia” como a tradução de “eugenics”, apesar da nomenclatura brasileira só ter sido oficializada em 1914, quando João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi o filólogo responsável por definir a grafia brasileira de Eugenia, em lugar de “eugenética” ou “eugênica”, como almejavam alguns cientistas e gramáticos. Anos mais tarde, ele explicou, em uma publicação no *Boletim de Eugenia*, que o termo Eugenia era mais “eufônico”, mais característico e soava melhor no português, inspirado no idioma italiano (Kehl, 1929a).

Em 1913, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943) foi o responsável pela primeira conferência sobre Eugenia no Brasil em Salvador/Bahia intitulada *Pró Eugenismo*. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, chamou atenção da plateia, formada principalmente por jovens estudantes de Medicina quanto à importância eugênica da Educação familiar. Em sua opinião, “a educação moral seria um meio eficiente de impedir a propagação de diversos ‘vícios e males sociais’, como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, responsáveis pela degeneração física e moral da raça” (Souza, 2008, p. 149). Magalhães associou-se, em 1913, à Sociedade Francesa de Eugenia e existem registros de que, em 1896, ele já fazia referência a questões que viriam

a ser eugênicas no âmbito da Puericultura e no estudo da Higiene (Bonfim, 2017).

Em 1914, durante uma sessão solene na Academia Nacional de Medicina, o médico Miguel Couto (1865-1934), um dos principais médicos brasileiros à época, reconheceu a degenerescência da espécie humana ocasionada por múltiplos agentes e assinalou que “a medicina é a eugenia” (Couto, 1914, p. 272). Renato Kehl não cita alguns dos fatos históricos aqui relatados em sua conferência no CBE, possivelmente, por se autointitular como o primeiro brasileiro a realizar uma conferência sobre Eugenia ao declarar:

a 13 de Abril de 1917 teve lugar a conferencia, **a primeira sobre eugenia**, realizada no paiz [...]. Nella, após um ligeiro exordio, estudei a hereditariedade como fundamento da sciencia de Galton, os factores dysgenicos, a doutrina de Malthus, o direito relativamente à Eugenia, concluindo num appello aos estudiosos para a divulgação e prática das idéas e preceitos eugenicos ao nosso paiz, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira (Kehl, 1929a, p. 53, grifo nosso).

Retomando a cronologia proposta por Kehl (1929a), em 1914, Alexandre Tepedino, sob orientação do Dr. Miguel Couto, defendeu a tese intitulada *Eugenia* para sua graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nas palavras de Kehl (1929a, p. 53), “o autor condensou com muita habilidade os principaes pontos da doutrina de Galton”. Renato Kehl afirma ainda que Tepedino merece o título de pioneiro em tratar a Eugenia no Brasil, apesar de ter abandonado a causa posteriormente e se dedicado exclusivamente à clínica.

Souza (2006) destaca, ademais, outras iniciativas eugênicas no Brasil, como em 1916 por Charles Armstrong (1871-1963), eugenista inglês que morava no Rio de Janeiro, que publicou um pequeno trabalho afinado com as ideias Darwinistas e Mendelianas intitulado *Melhoremos a Nossa Raça*. O historiador cita ainda que o médico João Henrique publicou, em 1917, o livro *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, ressaltando a importância da Eugenia para o futuro e progresso da nação.

Após essas publicações pontuais, a conferência proferida por Renato Kehl, em 13 de abril de 1917, no salão da Associação Christã dos Moços de São Paulo (ACM) é considerada um grande marco do início da Eugenia no país. A

partir daí, importantes movimentos ocorreram na Eugenia brasileira, movimentando o meio científico, intelectual e político. Era o começo do médico como propagandista e difusor da Eugenia, principalmente, no meio médico e intelectual do país, em que pese o próprio Kehl (1933, p. 20) tenha declarado, anos mais tarde, que pensava e estudava sobre a Eugenia “desde essa época [1912], após o memorável Congresso de Eugenia de Londres, que esta ciência representa a ocupação predileta dos nossos lazeres e, mesmo, dos nossos afazeres”. O discurso na ACM foi publicado na íntegra seis dias depois na edição paulista do *Jornal do Commercio*. Reproduziu ainda essas informações no artigo *Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliographico* e na abertura das conferências do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

No dia 02 de dezembro de 1917, o jornal *Correio Paulistano* divulgou a informação da aprovação do empréstimo do salão da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (SMC-SP) a pedido de Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, para a reunião de fundação da SESP que ocorreu no ano seguinte. A sessão ordinária da SMC-SP ocorreu na noite do dia primeiro de dezembro de 1917 e contou com a presença de Kehl, que, inclusive, chegou a ser parabenizado pelo presidente da SMC-SP, ratificando o apoio da sociedade para a fundação da SESP. Na mesma nota do jornal, são relatados os princípios eugênicos que norteariam a SESP (A Sessão..., 1917).

Sobre os fatores degenerativos, em seu livro *Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas*, Kehl (1933) abordou a sobrecarga dos úteis e produtivos em ter que suportar os degenerados e impuros. É pertinente a comparação com o fardo do homem branco do poema *O Fardo do Homem Branco* (*The White Man's Burden*) do estadunidense Rudyard Kipling, publicado em 1899, quando Kehl (1933, p. 35, grifo nosso) afirma ter

a impressão cada vez mais nitida de que a degeneração campeã infrene e de que o número de medíocres, de debeis mentais, de incapazes, de cacoplastas, em suma, cresce, de modo assustador, afligindo, constringindo, **quasi esmagando a parcela boa e progressista da humanidade**. Se a lei inexorável da luta pela vida ainda se impusesse, completamente, sob a qual sucumbem os fracos e triunfam os fortes, a maior parte dessa residualha, que vem surgindo clandestinamente, violando os preceitos da ‘boa geração’, estaria condenada a perecer logo nos primeiros lances da aspera peleja. Tal,

infelizmente não acontece, não mais se podendo contar com a selecção que outrora constituia o crivo eficaz contra todos os indesejáveis e que agora **sobrevivem em grande número para sofrer e, para sobrecarregar os elementos úteis e produtivos.**

A degeneração estava amplamente difundida no meio intelectual. Oliveira Vianna, um dos sociólogos mais lidos pela elite letrada até a publicação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1900-1987), escreveu, em seu livro *Populações meridionaes do Brazil* (volume 1), publicado em 1920, segundo a qual a mistura de raças obedeceria a uma lei da Antropologia que, no decorrer de algumas gerações, a prole voltaria a um dos tipos geradores. Dessa forma,

quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, os retornos têm, em regra, um caracter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferencia, e absorve os elementos da raça superior. [...] Os mestiços desta especie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade dos seus instintos, na instabilidade do seu caracter. [...] Os vadios congenitos e incorrigiveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os especimens mais representativos desse grupo (Vianna, 1920, p. 108-109).

Diante do exposto, infere-se que é de grande importância para a história da Eugenia que tais publicações sejam divulgadas entre os pesquisadores no Brasil e que esta pesquisa contribua para ressignificar os estudos sobre o início do movimento eugenista no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais eugenistas utilizaram práticas discursivas para que a educação eugênica se disseminasse no tecido social, em prol da produção de uma “verdade”. Conferências públicas, pesquisas variadas, livros, periódicos, congressos, ligas, sociedades, comissões e concursos eugênicos foram algumas das ações e atividades por meio das quais a Eugenia promoveu discursos e verdades no Brasil, em diversas frentes da intelectualidade, sobretudo nas áreas da Antropologia, do Direito e da Medicina.

Apesar de não se tratar de um movimento unificado e de contar com diferentes grupos de adeptos às diversas correntes eugênicas, muitos eugenistas conseguiram articular-se politicamente e participaram ativamente da

formulação de políticas sociais em áreas como saúde, educação, política imigratória, higiene social e sanitarismo. Esses intelectuais atuaram, principalmente, sobre o psicológico e a subjetividade das pessoas, desumanizando determinados grupos étnicos e sociais que não se encaixavam no projeto de nação branca idealizado pelas elites.

A descoberta de que a Eugenia chegou ao Brasil antes do que se imaginava permite uma visão mais precisa e completa do percurso eugênico no país. Ela reforça o profundo alinhamento dos intelectuais brasileiros com a influência europeia — uma vez que a notícia foi publicada em jornal brasileiro no ano seguinte à fundação e início dos trabalhos da Sociedade Eugênica de Londres —, além de demonstrar que a história é dinâmica e sensível a novas descobertas, que podem alterar interpretações. Isso é especialmente relevante, considerando que a eugenia influenciou leis, políticas sanitárias, campanhas de saúde pública, métodos educacionais e até práticas médicas.

Compreender que a Eugenia começou no Brasil antes do que se supunha, ajuda a repensar o impacto histórico e social dessas práticas sobre populações negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência. Tal constatação tem implicações diretas na forma como a sociedade analisa, até hoje, temas como racismo, saúde pública, educação e política.

Espera-se que esta pesquisa incentive outros pesquisadores e pesquisadoras a aprofundarem seus estudos sobre o início da Eugenia no país e, quem sabe, a descobrirem novas fontes históricas sobre sua chegada e desenvolvimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

A SESSÃO de hontem - varias communicações - a necessidade da cultura physica. **Correio Paulistano**, São Paulo/SP, ed. 19542, p. 05, 02 dez. 1917.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. O pessimismo ingles - progresso e decadencia - como se ha de regenerar a raça? - a “Eugenie Society” - Uma proposta radical. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3077, 19 dez. 1909. Coluna De Londres, p. 02.

ANDRADE, Érico. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 137, p. 291-309, ago. 2017.

BILAC, Olavo. **Discursos**: pronunciados por Olavo Bilac na Faculdade de

Medicina e na Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo: Casa Vanorden, 1915. Publicação da "Bibliotheca Circulante" da Faculdade de Direito. 12 p.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizar e regenerar: uma história da Eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRAZIL MÉDICO. Imprensa médica estrangeira. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano 27, v. 34, p. 358-359, 08 set. 1912.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945**. São Paulo: Companhia das letras, 2022. 366 p.

COUTO, Miguel. Associações científicas: Academia Nacional de Medicina. **Brazil-Médico**: Revista semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 272-276, 22 jul. 1914. Semanal. Sessão solenne de 30 de junho de 1914 - Ano XXVIII.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da Eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da Educação**. vol. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1929. 168 p. (Coleção Bibliotheca de Educação).

ECOS do congresso dos eugenistas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 12322, 11 set. 1912. Coluna Curiosidades, p. 04.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p. Coordenação e edição: Marina Ferreira e Margarete Anjos.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975- 1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo e Eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. São Paulo: Liber Ars, 2018. 240 p.

KEHL, Renato Ferraz. A definição oficial da palavra "Eugenia". *In*: Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugénica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves,

1932b. p. 14-15.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *In*: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929a, v. 3, p. 45-61.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia ou Eugenica: a luta contra as degenerações. **O Jornal**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 235, p. 03, 06 fev. 1920b.

KEHL, Renato Ferraz. Congresso de Eugenia, em Nova York: Os principais pontos que serão debatidos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 11417, p. 03, 03 mar. 1932a.

KEHL, Renato Ferraz. **Eugenia e medicina social**: problemas da vida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920a. 239 p.

KEHL, Renato Ferraz. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929b. 274 p.

KEHL, Renato Ferraz. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 1, p. 01-02, jan. 1929c. Separata de Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Os problemas da Regeneração das Raças. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3075, p. 01, 03 jul. 1920c.

KEHL, Renato Ferraz. Porque sou eugenista. *In*: Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugénica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932c. p. 03-11.

KEHL, Renato Ferraz. **Sexo e civilização**: Aparas eugênicas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 287 p.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012. 447 p.

HENRIQUE, João. Do conceito eugenico do habitat brasileiro. **Brazil-Medico**: Revista semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 127, 20 abr. 1918. Semanal. Ano XXXII.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. *In*: FIRST UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, Londres. **Papers on Inter-racial problems**. Londres: The World'S Peace Foundation, 1911, v. 1, p. 377-382.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p. 23-40.

MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. *In: Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 251-258, abr. 2006.

MIRANDA, Marisa Adriana. La eugenesia y sus ámbitos de validación científica (Argentina, siglo XX). *In: CALVO, Luis; GIRÓN, Álvaro; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel (org.). Naturaleza y laboratorio*. Barcelona: Residència D'Investigadors - Csic-Generalitat de Catalunya, 2013. Cap. 10. p. 243-264.

MIRANDA, Marisa Adriana. **¡Madre y pátria!** eugenesia, procreación y poder en una Argentina heteronormada. Buenos Aires: Teseo, 2020. 268 p.

NOTAS e informações. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 11882, p. 05, 27 jun. 1911.

ROCHA, Heloísa. Helena Pimenta. **A higienização dos costumes:** Educação escolar e Saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). São Paulo: Fapesp, 2003. 272 p.

ROCHA, Simone. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. *In: X ANPED SUL*, 2014, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Anped, 2014. p. 01-14.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio brasileiro**. 5a série, v. 190. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 244 p. (Edição ilustrada).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaio de Antropologia brasileira**. 2 ed, v. 22. São Paulo: Ed. Nacional, 1978 (1933). 122 p. (Coleção brasileira).

SABATINA. **Pacotilha**, Maranhão, ed. 208, p. 01, 31 ago. 1912. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=3544. Acesso em: 13 ago. 2024.

SAMPAIO, Orlando da Veiga. **Hygiene mental e alcoolismo**. 1928. 51 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1928.

SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, Eugenia e racismo no brasil do século xx. *In: Revista de Estudos Sociais*, [S.L.], n. 58, p. 28-38, out. 2016. Universidad de los Andes.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro:** uma história da formação do país. São Paulo: todavia, 2022. 336 p.

SCHWARCZ, Lilia. Eugenia. *In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex. Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 143-147.

SCHWARCZ, Lilia. **Imagens da branquitude:** a presença da ausência. São

Paulo: Companhia das letras, 2024. 427 p.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945). *In*: **Cadernos IHUideias**, São Leopoldo, v. 13, n. 235, p. 03-30, 2015. UNISINOS.

SILVA, Mozart Linhares da. Necropolítica e violência racial no Brasil. *In*: BRAGA, Amanda (Org.). **Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade**. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 275-305.

SILVA, Mozart Linhares da. **Produção de subjetividades raciais no Brasil: da democracia racial às políticas de identidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 134 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 393 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas do Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. *In*: **Revista História em Reflexão**, v. 6, n. 11, p. 01-23, jan./jun. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. *In*: **Revista de História Regional**, v. 11, n. 2, p. 29-70, jun./set. 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *In*: **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a Eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019. 330 p.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. 1914. 156 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionaes do Brazil: historia, organização, psicologia**. v. 1. São Paulo: Monteiro Lobato editora, 1920. Edição da Revista do Brasil.

Recebido em 23-10-2025.

Aprovado para publicação em 24-04-2026.